

O Regional Sul IV da CNBB em Santa Catarina nasceu no contexto primaveril de recepção do Concílio Vaticano II. É conhecido o dinamismo de sua ação evangelizadora e a projeção de tantos agentes – bispos, padres, religiosos e leigos, dentro e fora do Estado. Com a crise da modernidade e os questionamentos em torno ao Concílio sobretudo em certos setores importantes da Igreja universal, a Igreja, no geral, vive um momento de involução. Em Santa Catarina, se não há inverno, tudo indica que há outono, pois há a sensação de marcar passo, como aliás, se sente também em âmbito nacional. Há desafios muito concretos a enfrentar neste momento histórico como repensar a ação evangelizadora no Estado, ter maior clareza e determinação com relação ao modelo eclesiológico que acontece na prática, contribuir para uma mudança de mentalidade dos agentes de pastoral em geral e refazer o tecido eclesial em sua articulação e organização.

A Igreja em Santa Catarina

Elementos para uma análise conjuntural

Agenor Brighenti

* Doutor em Ciências Teológicas e Religiosas pela Universidade de Louvain (Bélgica) e atualmente: professor de teologia no ITESC e na Universidad Pontificia de México, de filosofia na UNISUL, diretor do ITESC, membro do INP da CNBB e do Comitê Executivo Latino-americano de Ameríndia.



Estamos próximos da celebração do centenário da criação da primeira Diocese em Santa Catarina (Florianópolis-1908), marco do processo gradativo de conformação de uma Igreja com rosto catarinense. Também estamos às vésperas dos 35 anos de criação do Regional Sul IV da CNBB (1970), referencial de comunhão eclesial e pastoral de conjunto das atuais dez Dioceses instaladas no Estado.

O Regional Sul IV, desmembrado do então Regional Sul III (Rio Grande do Sul-Santa Catarina) nasceu sob o influxo da primavera eclesial instalada pelo Concílio Vaticano II, evento de grandes e profundas consequências para toda a Igreja, concluído praticamente há 40 anos atrás (1965-2005). Inspirados em suas intuições fundamentais e em *Medellín* e *Puebla*, a Igreja no Brasil, através da CNBB, que recentemente celebrou seu cinquentenário de criação (1952-2002), foi a principal atriz de um amplo processo de renovação da ação e das estruturas eclesiais nas Igrejas Particulares, apoiadas pelos seus Regionais, hoje em número de 17.

Entretanto, como é do conhecimento de todos, passadas estas quatro décadas, o mundo mudou e, com ele, também a Igreja, também em Santa Catarina. Em tempos de crise da modernidade, de franco progresso da tecnociência, principal sustentáculo de um darwinismo social, apoiado no atual modelo globalizado da economia neoliberal, e de profunda crise ética, a Igreja, perplexa, se mostra cada vez mais com dificuldade de diálogo e interação com este novo mundo, e parece mergulhar num gradativo processo de involução, de inverno eclesial. Quiséramos que isso não passasse do diagnóstico de algum pessimista mas, infelizmente, tudo parece indicar que a Igreja como um todo, neste momento, não é uma instituição na vanguarda da busca de novas respostas às novas perguntas que se apresentam na atualidade. Teria esse inverno se abatido também sobre a Igreja em Santa Catarina?

O horizonte primaveril do Vaticano II

No final dos anos 50 e início dos anos 60, quando o Concílio Vaticano II foi convocado pelo saudoso papa João XXIII, os Bispos das Dioceses catarinenses de então se transformaram em 'Padres Conciliares' que, se não contribuíram tanto com o evento, souberam captar seu sentido e, uns mais outros menos, procuraram fazer uma recepção criativa da nova eclesiologia em nosso contexto particular. Entre eles, Dom Afonso Niehues, Dom Gregório Warmeling e, mais tarde, Dom José Gomes,



tornaram-se referências muito presentes das intuições do Concílio em nosso imaginário eclesial catarinense. Os 16 documentos do Concílio dão a tônica deste profundo *kairós*, que fez de uma eclesiologia pastoral o seu eixo temático. *Gaudium et Spes* marca a postura frente ao mundo moderno, ao qual a Igreja havia se oposto durante cinco séculos: consciente de não ter todas as respostas aos problemas da humanidade (GS 23), a Igreja quer ser uma presença de diálogo e serviço ao mundo - diálogo com as ciências, com as culturas, com as Igrejas e religiões; e, serviço, na edificação do Reino de Deus, já a partir deste mundo, em colaboração com todos os “homens de boa-vontade” no dizer de João XXIII. É desde aí que a Igreja se propôs uma nova autocompreensão. *Lumen Gentium* explicita esta nova autocompreensão da Igreja enquanto Povo de Deus, peregrinando na história juntamente com toda a humanidade, em que toda a Igreja, não apenas uma parte, está presente em cada Igreja Particular, em comunhão com as demais Igrejas e, entre elas, a de Pedro e Paulo, símbolo da unidade. Na seqüência, os demais documentos reprojeta a ação pastoral, re-situam os ministérios no seio da Igreja, trazem à luz uma teologia do laicato, da vida religiosa, etc.

Na esteira do Vaticano II veio a recepção criativa operada por *Medellín* em 1968 que, respaldado por *Populorum Progressio*, publicada por Paulo VI em 1967, propõe o ideal de “Igrejas de Igrejas” em pequenas comunidades, que unem fé e vida, tendo a opção pelos pobres como critério evangélico por excelência. Uma ação, não alienante, mas libertadora de todo pecado, incluído o pecado estrutural, que faz do pobre, em grande medida, um empobrecido. Mais tarde, o Documento de Puebla, inspirado em *Evangelii Nuntiandi*, fará da evangelização uma ação libertadora estreitamente relacionada com a promoção humana, em diálogo com as culturas presentes no sub-Continente.

A primavera do Concílio em Santa Catarina

Como de maneira geral, também em Santa Catarina, a implantação do Concílio começou pelo estudo de seus Documentos, especialmente pelo clero e os religiosos, seguido da reforma litúrgica e institucional. Só na seqüência veio a reprojeção da ação eclesial.

Foram vários os cursos e momentos de tomada de conhecimento dos documentos do Concílio. Era uma nova mentalidade que se precisava assimilar. Para o clero, a dispensa do hábito clerical, dizia de sua profundidade. Para o povo, a retirada dos santos dos altares e o padre



rezando missa de frente para a assembléia, dava mostras de grandes mudanças na 'religião'. Logo procedeu-se à reforma litúrgica: os novos ritos sacramentais, especialmente da Eucaristia, a centralidade de Jesus Cristo nos templos em relação aos santos, a missa vespertina, a simplificação das alfaias, o canto pastoral (José Acácio Santana) etc, foram preocupações da primeira-hora. No campo institucional, deu-se a reforma das Cúrias Diocesanas: a criação dos Secretariados Diocesanos de Pastoral e dos Conselhos Presbiterais. Em 1969, Dom Afonso Niehues ordenou o primeiro diácono permanente em Santa Catarina. Em 1972, sob o impulso de Mons. Valentim Loch, nascia a Escola Diaconal São Francisco de Assis da Arquidiocese de Florianópolis, coordenada, mais tarde, pelo Pe. Valter M. Goedert. No campo da ação, começou-se pela organização: o grande desafio era a Pastoral Orgânica e de Conjunto, que deu origem ao planejamento pastoral técnico e à criação dos Conselhos de Pastoral e às Assembléias de Pastoral, sobretudo no âmbito diocesano, pois os párocos e as paróquia, continuaram, em grande medida com o modelo de sacramentalização. A Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) organiza-se melhor nas diversas regiões do país e começa seu caminho de crescente inserção nos meios populares, embora menos em Santa Catarina que em outros lugares. Mais tarde, nascerão os Conselhos de Leigos e as Associações de Presbíteros, pioneiras no país como a da Diocese de Tubarão, autônomas em relação aos Conselhos Presbiterais.

No âmbito mais propriamente da ação, liturgia e catequese renovada catalisaram os maiores esforços. Os catecismos em nossas Dioceses foram substituídos por 'Roteiros de Catequese', alguns dos quais publicados em âmbito nacional. Desencadeou-se, igualmente, um processo gradativo de presença pública da Igreja, através da Pastoral Social, com ênfase na opção preferencial pelos pobres: Pastoral Operária, da Saúde, da Terra, da Ecologia, da Pesca, dos Direitos Humanos, da Criança, Universitária, etc. A Pastoral da Juventude toma corpo e torna-se uma incômoda presença, especialmente para a Igreja institucional. Entra-se de cheio na educação cidadã, apoiada em Cartilhas Políticas, algumas excelentes, e em debates com candidatos. Já tarefa mais difícil foi a passagem de uma Igreja-massa para uma Igreja pequena-comunidade. Em grande medida, as paróquias nunca romperam com seu modelo tradicional de matriz e grandes capelas, em que a pastoral social ou o grupos de reflexão, em lugar de se constituírem em mediação para as CEBs, dificilmente conseguiram fazer a passagem do grupo para a comunidade e, menos ainda, para comunidades de base. Isso, porém, não anulou o empenho e a



determinação de bispos, presbíteros e leigos engajados no encorajamento e na ação em prol de comunidades transformadoras. Investiu-se bastante em formação de lideranças, ainda que através de cursos de pouca profundidade. O Sistema da Criatividade, no início da década de 70, foi mediação de cultivo e formação, especialmente de presbíteros e religiosos. As escolas de teologia para leigos são a melhor iniciativa neste campo.

Em âmbito estadual, o Regional Sul IV, com os então sub-secretários do porte de Pe. Osmar Muller, Frei Armindo Festa, Mons. Valentim Loch, Pe. Pacífico D'Agostin e outros, exerceu um importante papel de motivador da renovação do Concílio nas Dioceses e de articulação das ações em nível supra-diocesano. Alguns Bispos exerceram liderança para além de suas fronteiras diocesanas: Dom Afonso Niehues na congregação do episcopado, impulsando a criação do Regional, do ITESC, do SEFISC, da Fundação dom Jaime de Barros Câmara; Dom Gregório Warmeling, no campo do ecumenismo; Dom José Gomes, no social - CIMI, Movimento Contra as Barragens, das Mulheres Agricultoras, Pastoral da Terra, Romaria da Terra, Sindicalismo Rural, Movimento dos Sem Terra etc.; Dom Osório Bebber, no campo do planejamento, envolvendo em Sínodo grande parte do Povo de Deus. Outros como Dom Orlando Dotti e Dom Anselmo Pietrulla, contribuíram significativamente na criação de universidades.

Quanto aos presbíteros, ajudados pela formação conjunta em nível Regional no ITESC, o Conselho e os Encontros Regionais de Presbíteros, bem como as Associações Diocesanas, as décadas de 70-80, foram caracterizadas por padres de projeção social e eclesial, em que se poderia citar alguns nomes entre tantos outros. Primeiro no Sistema da Criatividade (Jacó Anderle, Evilásio Volpato, Pacífico D'Agostin). Muitos presbíteros tornaram-se referência em alguns campos concretos como na Catequese (Juventino Kesting), CEBs (Luís Fachini), Pastoral da Juventude (Edgar de Oliveira, Valdemir Miotelo), pastoral sub-urbana (Wilson Groh), Pastoral da Terra (Geraldo Locks) etc.

Esses poucos indicadores são suficientes para perceber que, nestas décadas, a Igreja em Santa Catarina, apesar de seus limites e impasses, deixa de ser caixa de ressonância do que acontece fora, para trilhar caminho próprio, afinada, na perspectiva do Concílio, com a Igreja no país e na América Latina. Padres de nossas Dioceses foram chamados a servir na CNBB, no CELAM ou atuaram como missionários em outros países (Pe. Osmar Muller). Empurrado nestes ventos promissores, um teólogo catarinense, Hélcion Ribeiro, escrevia o livro - *Da periferia um povo se*



levanta. Também não se poderia deixar de citar o celeiro catarinense de vocações presbiterais e religiosas, que abasteceu e ainda abastece muitas congregações religiosas e regiões do país. Foram e são centenas e centenas de pessoas abnegadas e brilhantes que tiveram a generosidade de servir a Igreja no Brasil e no exterior. São conhecidos, entre outros, pessoas de grande envergadura sejam eles bispos, de nossas Dioceses ou de fora, como o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara (São José), Cardeal Evaristo Arns (Forquilha), Dom Moacir Grechi (Turvo), Dom Antônio Possamai (Rio do Sul), Cardeal Eusébio O. Scheid (Luzerna) ou teólogos como Leonardo e Clodovis Boff (Concórdia).

Outono social e inverno eclesial?

Quando a Igreja, por ocasião da realização do Concílio Vaticano II, se encantava com o mundo moderno, o Ocidente dava mostras de mergulho numa crise da modernidade, que se agudizou na década de 90. Com a crise da razão técnico-instrumental, dos metarrelatos, de paradigmas e das utopias, intensifica-se um franco processo de fragmentação da sociedade em geral, fazendo do pluralismo um dos grandes desafios, juntamente com a nova racionalidade emergente e a pobreza. O desmoronamento do socialismo real contribuiu com o sentimento de orfandade diante do capitalismo triunfante, o ‘fim da história’, no diagnóstico de Fukuyama. Os atentados de 11 de setembro, marcam, entretanto, o fim deste triunfalismo, pelo menos do ponto de vista ideológico. A globalização neoliberal agudiza as desigualdades sociais e a exclusão de grandes contingentes da população. A ditadura do presente instala a sociedade do instantâneo, do descartável e do medo.

A Igreja, quanto a ela, perplexa diante da nova situação, já no imediato pós-concílio, começa a debater-se entre a modernidade em crise e a tentação de voltar às águas tranquilas da cristandade; entre o desafio de uma Igreja pluricultural e o ‘mar da tranquilidade’ de uma Igreja monocultural; entre a exigência de uma conversão estrutural que elimine as causas da pobreza e a momentânea gratificação da caridade assistencial despolitizada. Enrijecimento institucional e redogmatização da religião, marcas do atual pontificado, parecem constituir-se na única resposta capaz de fazer frente ao atual momento de crise, de passagem, pascal. Ainda que muitos setores da Igreja, em todos os âmbitos, tenham se mantido fiéis ao espírito do Concílio Vaticano II e tenham continuado a atuar em sua perspectiva, no geral, assistimos à pulverização das comunidades em



movimentos eclesiais, tidos como 'primavera da Igreja', de corte emocionalista e fundamentalista; o deslocamento da militância para a mística na esfera da subjetividade; o esvaziamento da pastoral social em obras assistenciais de caridade despolitizada. Vozes como a do Cardeal Martini ou Dom Aloísio Lorscheiter, sem falar na de grandes teólogos como K. Rahner, B. Haring, E. Schillebeeckx, J. M. D. Chenu, Y. Congar, H. Kung e outros, fizeram-se ouvir, advertindo para a necessidade de avançar no diálogo com o mundo de hoje.

Inverno eclesial na Igreja em Santa Catarina?

A Igreja em Santa Catarina, em menor intensidade, mas também se ressentida da situação geral da Igreja hoje. Não está no inverno, mas não escapa de um outono. Oficialmente, apoiada na CNBB nacional e Regional, mantém as diretrizes do Concílio, mas as práticas eclesiais dão demonstração de que não somos uma ilha. Na contra-corrente dos ares atuais mantém-se o compromisso institucional com as CEBs e Grupos de Reflexão, com uma catequese renovada, Pastoral Social, Organização e articulação pastoral etc. Certas Dioceses, como a de Chapecó, mantêm seu estágio de avanço; outras, como a de Joinville, avançou em relação a seu passado recente, sobretudo em Grupos de Reflexão e amplo programa de formação de lideranças, com diversas escolas de teologia para leigos. Entretanto, é visível que o Regional, apesar do esforço do Conselho Regional de Pastoral, oscila entre avanços e estagnação:

- a) *em unidade*: o ITESC e o SEFISC já não aglutinam a formação presbiteral das dez dioceses do Estado; CEBs e Grupos de Reflexão perdem terreno para movimentos eclesiais, de corte espiritualista ou emocionalista; os Bispos, embora mais coesos que num passado recente e conformando um quadro de maior competência que num passado remoto, têm dificuldade de catalizar todas as forças eclesiais num projeto comum; os planos de pastoral vêm sendo substituídos por diretrizes - cartas de intenções, que acabam sendo pouco mais que um referencial teórico etc. Acolhe-se, oficialmente, nas Dioceses, grupos das mais diversas índoles, com eclesiologias antagônicas, que se sabe que não vão contribuir para uma caminhada comum e muito menos transformadora da sociedade. Um bom contrapé nesta dinâmica é a consolidação do Conselho Regional de Pastoral e as Assembléias de Pastoral nos diferentes níveis eclesiais, bem como as Escolas Diocesanas de Ministérios.



- b) *em militância*: serviços de Pastoral Social como Mini-projetos, CPT, Pastoral da Saúde, CIMI, Pastoral do Menor etc., se mantêm sem muitos avanços. Só a Pastoral da Criança parece crescer. Cresce a presença da Igreja no social, sim, mas em obras assistenciais de caridade despolitizada, ligadas a movimentos de corte espiritualista. A Pastoral da Juventude já foi muito mais atuante em passado recente. No campo político, reina desencanto, apatia e inclusive ausência, até em momentos cruciais como o de eleições. Iniciativas como a Escola de Fé e Política da Diocese de Joinville são sinais de esperança neste outono eclesial.
- c) *em espiritualidade eclesial*: alimenta mais a fé, até de padres, a espiritualidade de determinados movimentos, que uma espiritualidade eclesial, bíblica, trinitária. Há expressões de piedade popular recentes, secularizantes, que fazem de Deus um objeto dos próprios desejos. Certos cristomonismos e pneumatologismos comprometem a ortodoxia cristã. Em muitos casos, uma espiritualidade intimista é refúgio para antes militantes. Sinais esperançadores são os núcleos do CEBI, os cursos de Bíblia nas comunidades, a *Lectio Divina* e outros espaços de contato com as Escrituras, que remetem a espiritualidade para sua fonte mais genuína.
- d) *em qualidade do clero*: o perfil dos seminaristas e do clero mudou bastante, sobretudo na última década: parte deles, além de proceder de famílias mal estruturadas, vem de movimentos e já chegam com eclesiologia, espiritualidade e projeto pastoral definidos, que o curso de teologia ou o plano de pastoral diocesano pouco consegue questionar ou acrescentar. Além da tendência a uma vida de bem-estar, em não poucos volta o paroquialismo, o personalismo pastoral e o autoritarismo, sobretudo frente aos leigos. Não há muita busca por capacitação ou especialização, que lhes daria maior eficácia à ação pastoral. Entretanto, a bem da verdade, os padres jovens em geral se sobressaem por uma melhor comunicação e proximidade com o povo, pela alegria de servir, capacidade de trabalho com as massas e maior presença nos meios de comunicação social.



Desafios atuais para a Igreja em Santa Catarina

Conforme bem diagnosticou a revisão das Diretrizes passadas e a penúltima Assembléia Regional de Pastoral (2003), grandes desafios se apresentam no atual momento da Igreja em Santa Catarina:

1. Repensar a presença evangelizadora no Estado

Santa Catarina passa por profundas transformações. Apesar das diferenças sociais gritantes, nas últimas décadas, houve um grande crescimento econômico (produtos industrializados de exportação), uma expansão do ensino universitário, inclusive em cidades do interior; uma maior consciência ecológica; um aumento espantoso do consumo e comércio de drogas e da violência; a acentuação do fenômeno da urbanização (sobretudo do litoral) e da exclusão etc. Em contrapartida, a Igreja em Santa Catarina não tem a presença pública e inserção no social que deveria, com exceção da presença nos meios de comunicação (Jornais, Rádios, Televisão, Rádios Comunitárias). Em grande medida, a Igreja em Santa Catarina, é uma Igreja silenciosa diante dos dramas que vivem os catarinenses, com exceção de posição tomada frente à situação dos indígenas no Oeste do Estado e da violência urbana na grande-Florianópolis. É uma questão de credibilidade da própria mensagem evangélica, dar uma resposta mais articulada e conseqüente ao fenômeno da pobreza, através da Pastoral Social e da parceria com todas as pessoas de boa vontade. As diferentes etnias, presentes no solo catarinense, pouco aparecem no rosto de nossas Igrejas.

2. Ter maior clareza e determinação com relação ao modelo eclesiológico que acontece na prática

Em diretrizes e no discurso da Igreja oficial está presente a eclesiologia de Vaticano II, Medellín e Puebla, mas na prática volta, com força, o modelo de Igreja marcado pela visibilidade, massa, poder, alicerçado sobre a estrutura de movimentos eclesiais. Para manter vivo o modelo eclesial do Vaticano II, implicará uma opção mais determinada por uma Igreja de pequenas comunidades, ministerial, ecumênica, conectada com a vida e a causa dos mais pobres. Urge redefinir a presença da Igreja na sociedade, numa postura de diálogo e serviço. Está pendente a explicitação da eclesiologia dos Grupos de Reflexão, para que não se tornem um movimento a mais na Igreja, o que implicará um



redirecionamento dos conteúdos dos roteiros e do compromisso na comunidade e na sociedade.

3. Contribuir para a mudança de mentalidade dos agentes de pastoral em geral

A determinação pelo modelo eclesiológico do Vaticano II exige investimento no fornecimento aos agentes de pastoral em geral de um embasamento e um referencial teórico, capaz de situá-los de maneira crítica e serena diante dos novos tempos, até porque está difícil dizer que referencial é capaz de dar conta da realidade atual. A perplexidade diante do momento presente não legitima o recurso a falsas seguranças, como o emocionalismo e o fundamentalismo. De nada serve a busca frenética por receitas fáceis a problemas complexos, limitar-se ao instantâneo quando as novas respostas são de longo prazo. Um amplo programa de formação de agentes, em todos os níveis eclesiais, poderia neutralizar o medo e aguçar a criatividade na elaboração destas novas respostas. Há agentes, clérigos e leigos, que se apropriaram de certos serviços e funções, por medo de mudança. Urge fortalecer as atuais escolas diocesanas e regionais de formação, criar novas e liberar mais os coordenadores diocesanos de pastoral na promoção da formação dos agentes em geral, incluído um bom programa de reciclagem do clero. Qual o papel do ITESC neste particular? O que o Regional e as Dioceses esperam dele, além de formar o seu clero? Seriam os cursos de extensão (Escola Regional de Coordenadores de Pastoral) e os de pós-graduação em curso, o projeto de Mestrado em Teologia Pastoral, uma contribuição acertada?

4. Refazer o tecido eclesial, em sua articulação e organização

Apesar de tempos de crise da razão e aposta na razão emocional e experiencial, seria de grande proveito voltar a pensar mais consequentemente a ação pastoral, pelo menos a médio prazo, através de processos de planejamento participativo. Há pouca gente pensando a ação pastoral nas dioceses e no Regional. Falta planejamento econômico nas Dioceses e nas Paróquias. Um reforço na pastoral orgânica e de conjunto, poderia superar a desarticulação, sobretudo da pastoral social, através de conselhos e assembléias nos diferentes níveis eclesiais. O Regional Sul IV, órgão subsidiário das Dioceses, sem uma ação organizada nas Igrejas Particulares, corre o risco de ver esvaziadas suas funções e tornar-



se uma burocracia, obsoleta, da mesma forma que os Secretariados Diocesanos de Pastoral.

A modo de conclusão

Neste contexto de crise da modernidade, há uma irrupção do religioso, quase que generalizada em todo o Ocidente sem, entretanto, redundar em dinamismo nas religiões institucionais. Mas elas podem e devem beneficiar-se do novo quadro, à condição de se abrirem aos novos desafios do momento presente.

A Igreja no Regional Sul IV tem desafios concretos a enfrentar. O horizonte acenado pelo Concílio Vaticano II continua promissor. Retomá-lo, numa espécie de segunda recepção no contexto atual, pode ajudar nossas comunidades eclesiais a sintonizar melhor com “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos mais pobres e de todos os que sofrem”, pois “são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo” (GS 1).

Endereço do Autor:

ITESC
Rua Dep. Antônio Edu Vieira, 1524 – Pantanal
88040-001 FLORIANÓPOLIS, SC